Sobre a pesquisa “Quebrando mitos: juventude, participação e políticas. Perfil, percepções e recomendações dos participantes da I Conferência Nacional de Políticas Públicas para a Juventude”

Mary Garcia Castro e Miriam Abramovay*

Em 17 de novembro último, no Rio de Janeiro, lançou-se o livro “Quebrando mitos: juventude, participação e políticas. Perfil, percepções e recomendações dos participantes da I Conferência Nacional de Políticas Públicas para a Juventude”, editado pelo Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), pela Secretaria Nacional de Juventude e pela RITLA – Rede de Informação Tecnológica Latino americana (1).

A pesquisa foi coordenada por nós e contou com ampla equipe de colaboradores (ver livro). Foi realizada quando da I Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, entre 27 e 30 de abril de 2008, em Brasília. A Conferência teve como objetivo criar um espaço de diálogo entre governo e sociedade civil que pudesse servir de base e subsídio para a consolidação de uma política nacional de juventude, focada em direitos e autonomia, sem deixar de lado a riqueza da diversidade juvenil, seus matizes e especificidades. Para a preparação da Conferência, durante oito meses, mais de 400 mil pessoas, entre gestores do poder público e representantes de movimentos sociais, reuniram-se em 841 conferências municipais e regionais, 689 conferências livres, 26 conferências estaduais e outras tantas consultas nacionais aos povos e comunidades tradicionais.

O estudo utiliza-se, na coleta de dados, de técnicas tanto qualitativas como quantitativas. Aplicaram-se 1.854 questionários junto aos participantes da Conferência Nacional

de Juventude e foram realizados 30 grupos focais, além de entrevistas com 280 delegados(as) dos seguintes grupos e entidades: Central Única das Favelas – CUFA; Central Única dos Trabalhadores – CUT; Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG; Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar no Brasil – FE-TRAF; Força Sindical; gestores estaduais (2 grupos); gestores municipais; LGBT; imprensa jovem (Grupo Viração); jovens ambientalistas; jovens com deficiência; jovens de comunidades de terreiro; jovens evangélicos; jovens feministas; jovens indígenas; jovens quilombolas; juventude cigana; Juventude do PMDB – JPMDB; Juventude do PSDB – JSDB; Juventude do PT – JPT; Juventude Socialista Brasileira – JSB; movimento hip-hop; movimento negro; Pastoral da Juventude; Projovem; redes; União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – UBES; União da Juventude Socialista – UJS; União Nacional dos Estudantes – UNE.

Compõe-se o livro de análises sobre perfil sócio-demográfico, político-institucional e percepções várias dos participantes; análise crítica da literatura sobre participação juvenil; bandeiras dos participantes sobre política e participação; percepções sobre cotas, maioria penal, união civil entre pessoas do mesmo sexo

e legalização do aborto; percepções da juventude sobre família, mídia e internet; construções sociais sobre as juventudes; imaginário dos jovens sobre os problemas do Brasil e sobre como estes se traduzem em problemas para a juventude. Termina-se com um elenco de recomendações dos jovens para as políticas públicas de juventude.

A pesquisa orienta-se por quebrar alguns mitos relacionados a juventude e participação política, tais como:

- Os jovens não querem discutir política;
- Os jovens são alienados;
- Os jovens são panfletários e não têm propostas concretas de políticas públicas para/com/de juventudes;
- Os jovens somente fazem protestos pontuais;
- Os jovens não dialogam com o governo;
- Os jovens são inexperientes;
- Não há possibilidade de diálogo intergeracional;
- Não há possibilidade de diálogo entre pessoas de diferentes partidos e organizações;
- Não há compatibilidade entre propostas de reformas e projetos de mudanças estruturais;
- Os jovens estão substituindo velhas por novas formas de fazer política.

O perfil dos participantes da I Conferência Nacional indica que há uma juventude politizada, engajada no campo das políticas públicas, e que, nas próprias palavras dos jovens, é crítica da política, mas quer mudá-la.

O perfil dos participantes da I Conferência Nacional indica que há uma juventude politizada, engajada no campo das políticas públicas, e que, nas próprias palavras dos jovens, *é crítica da política, mas quer mudá-la*. Os depoimentos indicam posições contrárias às opiniões correntes, que sugerem despolitização dos jovens, desencantos em relação à política e lugares comuns como o de que haveria uma “nova forma de fazer política” entre os jovens, indicando um suposto afastamento deles em relação aos partidos políticos (o que ocorre sim, mas com alguns e não com todos) e uma orientação individualista que os apartaria de causas coletivas e preocupação com a coisa pública (ou seja: todos os jovens pensariam apenas em si, em suas carreiras). Ao contrário dessas concepções estereotipadas, muitos jovens discutem ideias e ações em prol tanto da sua como de outras gerações.

Listamos abaixo alguns achados da pesquisa:

- A maioria dos participantes, 80%, é de jovens (15 a 29 anos). Isso é ainda mais verdadeiro no que se refere aos delegados, o que evidencia o engajamento de parcela dos jovens no campo das políticas de juventude;
- Predominam os jovens do sexo masculino (60,5%), mas é expressiva a proporção de mulheres quer como delegadas (cerca de 39%) quer como não delegadas (41%). Necessita-se, contudo, investir mais no que defendem as jovens, isto é, que *lugar de mulher é na política*;

Entre os pesquisados, 26,5% atestam que no campo da juventude é melhor participar de ONG ou de movimento social que de partido político; 32% marcaram que os jovens têm mais gratificação no campo da cultura que no campo da política, e 37,5% indicam que na política há lugar para que os jovens se manifestem.

Atto de abertura da Conferência Nacional de Políticas de Juventude

- A Conferência congregou pessoas com engajamento em organizações na vida pública, de vez que cerca de 50% dos presentes nesse espaço participam de algum partido político; em torno de 31% de movimentos sociais; 30,4% do movimento estudantil; 26% de ONGs; 24,5% de instituições religiosas; 15,5% de redes e 9,9% de algum sindicato, sendo que cerca de 8% declarou não participar de nenhuma organização. Ou seja, a Conferência atraiu principalmente ativistas do campo da juventude;
- Vários participantes declaram dupla ou tripla participação ou militância, inscrevendo-se muitos tanto em partidos quanto em ONGs e movimentos sociais;
- Quanto à filiação partidária tem-se que 38,3% participam do PT e 18,8% do PC do B. O PSB e o PMDB concentram cerca de 10% dos participantes, cada um;
- Quanto à instituição religio-

sa, 53,7% participam da Igreja Católica e 17,8% de igrejas evangélicas;

- A instituição em que os participantes da Conferência Nacional de Juventude mais confiam é a família (68,3%), sendo que aparece com o mais baixo nível de confiança (1,5%) o Congresso (Câmara dos Deputados e Senado);
- Entre os pesquisados, 26,5% atestam que *no campo da juventude é melhor participar de ONG ou de movimento social que de partido político*; 32% marcaram que *os jovens têm mais gratificação no campo da cultura que no campo da política*, e 37,5% indicam que *na política há lugar para que os jovens se manifestem*.
- Entre os pesquisados, 63% consideram a *família como principal referência na vida dos jovens*; 59% declaram que *os jovens de hoje, em relação aos seus pais, estão em pior situação quanto à segurança*; 46% afirmam que *os jovens de hoje, em relação aos seus pais, estão em melhor situação quanto à sexualidade*; 41% dizem que *os jovens de hoje, em relação aos seus pais, estão em pior situação quanto ao trabalho*, e 40% fazem a mesma afirmação quanto à educação;

Participantes da Conferência Livre da Confederação Brasileira de Skate (CBSk).

Arquivo Secretaria Nacional de Juventude

Conferência Livre do Movimento Secundarista em Tramandaí/RS

- Um terço concordam que *os jovens são desmotivados* e proporção próxima disso (32,5%) considera que *a geração atual de jovens, em relação à de seus pais, é marcada por desencantos quanto ao futuro.*

O debate sobre temas atuais polêmicos – como cotas, legalização das drogas, legalização do aborto e casamento entre pessoas do mesmo sexo – gerou, nos grupos focais, divergências entre membros da mesma organização. É em relação a esses temas que a orientação se torna mais existencial. Constata-se que muitas entidades que congregam jovens não têm posição formada ou sequer discussão sobre esses temas, em que pese sua relevância principalmente para os jovens. A seguir algumas tendências gerais registradas sobre tais temas:

- **Percepções sobre políticas de cotas:** 61,4% são a favor ou completamente a favor, e 26,6% são contra ou completamente contra, sendo ainda 9,2% indiferentes a tal questão;
- **Legalização das drogas:** 26% dos participantes são a favor (15,6%) ou completamente a favor (10,0%). Mais que o dobro dessa proporção indica ser totalmente contra (43,2%) ou contra (17,3%);
- **Legalização do aborto:** 32,6% dos participantes manifestaram um posicionamento totalmente contra, ao passo que 22,2% manifestaram um

posicionamento completamente a favor da legalização do aborto. Nota-se, ainda, que 10,2% dos entrevistados declararam ser indiferentes quanto ao assunto;

- **União civil entre pessoas do mesmo sexo:** 33,9% indicaram que são completamente a favor, 16,2% completamente contra e 7,6% contra, sendo que 18,2% dos entrevistados afirmaram-se indiferentes quanto ao tema;
- **Diminuição da maioria penal:** a maioria dos participantes é taxativa – pouco mais de metade deles se declara totalmente contra (54,6%), mas é também considerável a proporção dos que são completamente a favor ou a favor (18,0% e 11,7% respectivamente, ou seja, quase um terço);
- **A família,** ainda que considerada a principal referência na vida dos jovens para a maioria dos participantes (63%), é por muitos criticada em especial pela repressão e violência contra os que se assumem como LGBT;
- **A mídia:** os jovens referem-se à mídia de maneira crítica e pouco confortável com relação à forma de tratamento que esta dá aos jovens;
- **A Internet:** 93,5% dos jovens entrevistados acessam a Internet. No uso dessa mídia surge como primeira utilidade

fazer trabalhos e pesquisas (82,3%), seguida por *manter contato com pessoas* (68%). Chama atenção que 46,4% utilizem a Internet como instrumento de participação. Verifica-se que o e-mail (91,6%) é o principal instrumento utilizado pelos jovens, seguido pelas pesquisas em sites de busca (72,6%) e pelo orkut (61,8%). Mais de metade deles (58,4%) tem acesso ao MSN. Chama atenção que mais de um terço (37,6%) buscam textos em bibliotecas online;

- **Sobre a questão** “o que melhor define o jovem dos dias de hoje?” – proposta com o objetivo de captar qual o conceito que os jovens fazem de si –, os participantes tendem a ressaltar as alternativas que representem valores positivos e dimensões próprias da juventude: a *linguagem e a música* (37,7%), o *jeito de vestir e a aparência* (34,7%) e o comportamento *questionador/transgressor/ousado* (30,5%). Essas foram consideradas as três principais características dos jovens. Registra-se, com menor frequência, os itens relativos a *ser criativo e empreendedor* (27,1%), *ter consciência e responsabilidade* (25,4%), *buscar adrenalina e correr riscos* (23,7%), *demonstrar insegurança pessoal e social* (22,3%) e *falta de perspectiva* (20,4%);

Cada vez mais eles desconstroem dicotomias como: público x privado, reconhecimento x redistribuição, reforma x revolução de costumes, políticas compensatórias x perspectiva estrutural e focalização x universalismo.

- As alternativas *ser instável emocionalmente* (8,3%) e *ser egoísta* (6,0%) são as menos selecionadas dentre o elenco apresentado sobre as características dos jovens – um achado que parece questionar estereótipos adultocêntricos sobre a juventude, tão comuns na sociedade de hoje, que ressalta aspectos negativos ou depreciativos sobre esse recorte populacional. Os jovens entrevistados não aceitam a pecha de *conformado* ou *comodista*.

- **Os seguintes problemas foram apontados como os mais graves do Brasil:** galvanizando mais de 10% das respostas encontram-se as opções de desigualdades sociais (47,4%), desemprego (44,2%), violência (36,5%), pobreza (36,0%), qualidade da educação (32,5%), corrupção (27,1%), narcotráfico (11,3%) e racismo (10,0%). Os que apresentam 10% ou menos de respostas mesclam direitos de identidades, questões estruturais de ordem mais abrangente, como sistema de classe e imperialismo, e campos que vêm sendo considerados como prioritários para a juventude, como a questão ambiental (8,1%), falta de opções culturais (4,9%), falta de opções esportivas (3,1%) e de lazer (1,6%), entre outros.

- **Violência:** ocupa a pauta de maneira espontânea. É vista como produto de vários problemas sociais do Brasil e, no caso dos jovens, sua maior incidência se daria pela ausência de políticas públicas. Fatores como o lugar de moradia estigmatizado (as favelas, por exemplo), a fal-

ta de escola, o desemprego ou a falta de perspectiva de crescimento pessoal e profissional fariam com que os jovens fossem os mais atingidos pela violência, cujos resultados são as mortes prematuras e assassinatos de jovens, principalmente daqueles ligados ao tráfico de drogas;

- **Violência e polícia:** a violência, a incivilidade dos policiais, que chegam mesmo a praticar comportamentos considerados próprios da bandidagem, é anotada como um dos principais problemas da juventude da periferia;

- Foi perguntado aos participantes da I Conferência Nacional de Políticas de Juventude *qual o recado que eles gostariam de registrar para contribuir com uma política nacional de juventude*. Os temas mais enfatizados foram: educação; participação política dos jovens e suas necessidades; visão do jovem como o futuro do Brasil, mas também como o presente; valorização e mais espaços para a juventude; mais ética na política; maior institucionalização das políticas públicas de juventude; mais atenção à juventude do campo; democratização da mídia; segurança; maior atenção aos jovens com deficiência; mais projetos e ações nas áreas de cultura e esporte. Com unanimidade os jovens conclamam

(...) que as recomendações levantadas durante as conferências municipais, estaduais e nacional se tornem de fato em leis e/ou programas que atendam a juventude brasileira.

Reflexões sobre juventude no campo das políticas públicas e a questão da participação

Aspecto relevante da pesquisa ao registrar discursos de jovens de várias organizações foi a possibilidade de evidenciar a existência de diferenças que têm contribuído para o distanciamento entre os jovens, os movimentos organizados e os representantes de entidades de apoio às políticas de juventude. É dentro dessa dinâmica que se encontram algumas das pistas e desafios para o estímulo a uma convivência ética entre o pluralismo e a disputa, entre o diálogo aberto e a defesa de princípios, entre a busca do entendimento e a luta por projetos de transformação.

Considerando as dimensões relativas à participação (respostas múltiplas) incluídas no questionário, tem-se de fato uma tendência crítica da política convencional, mas não da política em geral. Além disso, são diversificadas as respostas quanto ao lugar ideal para a participação. Enfatiza-se que a maioria (68%) concorda com o fato de que “os jovens têm pouca oportunidade de participar via poderes constituídos”, e que 36,5% consideram que “instituições da sociedade civil, mais que partidos políticos, dão oportunidades de participação política para os jovens”. Porém, 37,5% indicam que “na política há lugar para os jovens se manifestarem”.

Se alguns participantes alertam para desencantos dos jovens – e também dos não jovens – com a política convencional, também explicitam a qual tipo de política convencional se referem os jovens. Eles falam dos vícios, muitas vezes generalizados a todas as instituições do campo.

Também alertam para a necessidade de discutir a diversidade de formas de fazer política na contemporaneidade. De fato, atualmente são muitos os pontos de decolagem para a participação, e não necessariamente para muitos jovens haveria caminhos únicos. Cada vez mais eles desconstruem dicotomias como: público x privado, reconhecimento x redistribuição, reforma x revolução de costumes, políticas compensatórias x perspectiva estrutural e focalização x universalismo. E isso sem sufocar projetos político-culturais de transformação.

Com efeito, segundo se analisa no livro em pauta, a literatura sobre participação e juventudes tende a considerações ligeiras e pouco embasadas em pesquisas abrangentes, que avancem além de opiniões e percepções de alguns jovens, arbitrariamente selecionados, sobre aspectos da política participativa. Omite-se a contextualização destes tempos ao não se considerar análises político-culturais embasadas no pensamento crítico, e ao não se associar crises de participação aos desafios culturais – como o *ethos* de eterno presente, o “desinvestimento” em projetos de mudanças e a chamada recusa das utopias em prol de políticas de identidade. Estas, se têm o mérito de multiplicar referências, direitos, como nos casos das mulheres, dos negros e dos jovens, podem também resvalar em guetos, na renúncia em questionar estados da nação, do mundo e em fazer nexos entre políticas de redistribuição e de reconhecimento, quando as duas perspectivas são necessárias e não suficientes em si, se a meta são mudanças mais estruturais, ou seja, não limitadas apenas a alguns e por algum tempo, mesmo no plano das identidades (1).

Porém, é preciso reconhecer que sair da retórica do universalismo para uma prática de transformação do hoje e do amanhã, sem isolar-se em fragmentos, é projeto complexo que pede muito mais reflexão e ação que as aqui

Omite-se a contextualização destes tempos ao não se considerar análises político-culturais embasadas no pensamento crítico, e ao não se associar crises de participação aos desafios culturais – como o *ethos* de eterno presente, o “desinvestimento” em projetos de mudanças e a chamada recusa das utopias em prol de políticas de identidade.

anunciadas. Trata-se, porém, de tarefa urgente, que pode contribuir sobremaneira para ampliar horizontes de atuação, como bem sugere Bauman (3):

Tal universalidade que ultrapassa os confins das comunidades soberanas ou quase soberanas é condição *sine qua non* para a república ultrapassar os confins dos Estados soberanos ou quase soberanos – e essa é a única alternativa da república às forças cegas, elementares, erráticas, descontroladas, divisionistas e polarizantes da globalização. Parafraseando o estudante esperançoso e cheio de vida que se transformaria em Karl Marx, só as mariposas noturnas consideram a lâmpada doméstica um substituto satisfatório para o sol universal. Quanto mais cerradas as persianas mais fácil será perder a alvorada. Além disso, o sol não pode deixar de se pôr mesmo sobre os mais poderosos dos impérios, mas com toda certeza nunca se põe sobre o planeta dos homens [e das mulheres]

No plano dos grupos focais e de discussão, o tema participação foi um dos que mais entusiasmaram os en-

trevistados, estimulando longas discussões, sugerindo a razão de ser de muitas organizações. Tal interesse está de acordo com o estatuto dos participantes: os que se declaram como militantes (38,1%) são significativos quer entre os delegados (40,7%) quer entre não delegados (31,4%).

Os grupos que arbitrariamente classificamos como grupos identitários – movimento negro, ciganos, indígenas, jovens feministas, LGBT e povos de terreiro – tendem a sugerir formatações singulares, temas próprios, sublinhando que a identificação passa também por minimizar outras identidades já historicamente solidificadas como organizações políticas, embora convencionais, como os grupos relacionados a partidos. Enquanto isso, os grupos que classificamos como temáticos – a exemplo dos ambientalistas – tendem a se orientar por discursos mais centrados no seu foco de atuação, também, mas não delineiam com tanto rigor separações entre formas organizacionais.

Entretanto, por mais fortes que sejam, tendências não dão conta da riqueza e pluralidade de discursos, de como no próprio grupo se configura a diversidade de experiências e de imaginário, de idealizações.

Adverte-se ser corrente entre os entrevistados admitir que na mesma

Reconhecem a contribuição da geração 64/68 – não só para a história do Brasil, mas também para as formas atuais de organização. Ao mesmo tempo, afirmam que os tempos são outros, e que a juventude vem surpreendendo com sua criatividade e diversidade de bandeiras.

organização combinam-se frentes de lutas e que vários militantes se orientam por diversas inscrições, combinando estar em partidos, movimentos clássicos – como estudantis e de formatação sindical – e grupos político-culturais – como o hip-hop, o movimento negro, o movimento feminista, o LGBT ou a frente ambientalista, dentre outros. Embora não dissolva lealdades, tal orientação questiona, insiste-se, uma dicotomia comum em análises sobre participação, qual seja aquela entre formas tradicionais e novas formas de fazer política (estar em ONGs e movimentos sociais ou estar em partidos).

Na pesquisa quantitativa, 36,2% selecionaram a assertiva “a geração dos anos 60 e 70 teve uma maior participação política que os jovens da geração atual”. Mas é mais complexo e diversificado o quadro esboçado a partir dos depoimentos

Adverte-se ser corrente entre os entrevistados admitir que na mesma organização combinam-se frentes de lutas e que vários militantes se orientam por diversas inscrições, combinando estar em partidos, movimentos clássicos – como estudantis e de formatação sindical – e grupos político-culturais – como o hip-hop, o movimento negro, o movimento feminista, o LGBT ou a frente ambientalista, dentre outros.

nos grupos focais. No nosso roteiro de questões encontrava-se a comum comparação entre participação nos anos 60/70 e nos dias de hoje, mas muitos entrevistados, sem estímulo dos pesquisadores, levantaram essa modelagem discursiva, recusando codificações sobre juventudes. Assim, reconheciam a grande contribuição da geração 64/68 – isto é, dos movimentos de resistência e reconstrução da democracia nos anos de chumbo – não somente para

a história do Brasil, mas também para as formas atuais de organização. Ao mesmo tempo, afirmavam que os tempos são outros, e que a juventude vem surpreendendo com sua criatividade e diversidade de bandeiras.

Os quadros seguintes ilustram a diversidade de posições sobre o tema da comparação entre gerações quanto à participação, e, ainda, sobre o que se entende por participação:

QUADRO 1 – COMPARANDO GERAÇÕES DE JOVENS

1) Em outras épocas a juventude teve um papel decisivo na história deste país. Muita gente foi para a rua e lutou contra o militarismo. Hoje está faltando aquela vontade, aquele sonho. Falta aquela meta de tentar mudar alguma coisa. Isso tem de ser mudado. Trazer bandeiras para os jovens, trazer de novo perspectivas, sonhos (Grupo Focal, jovens do PMDB);

2) A mesma juventude que existia em 68 existe agora. A questão é que essa mesma juventude em 68 era considerada como classe, a partir do movimento estudantil – a classe dos estudantes. Hoje nós não temos a juventude caracterizada como classe, mas como setor, assim como ocorre com outros segmentos. Hoje a sociedade é trabalhada em setores: as mulheres são um setor; os povos tradicionais são um setor; o povo negro outro setor, e a juventude também se encaixa nesse sentido; assim como todos os setores são importantes, temos identidades (Grupo Focal, Juventude Petista);

3) A década de 70 era um momento de que a juventude participava de fato por ter uma presença maior no Estado, na educação. As pessoas se sentiam construtoras da escola, construtoras da universidade. Hoje o jovem se sente angustiado na universidade. Havia um interesse maior na realização de mu-

danças no Estado. Hoje tem o movimento negro, o movimento de gays, mas nos anos 70 o que mais se cita é o estudantil, porque grande parte dos jovens [ativistas] estava nas escolas e nas universidades. Na década de 80, essa juventude está sendo reconstituída porque ela foi bastante reprimida. O Estado, a ditadura, entenderam que para dar sequência àquele projeto era necessário reprimir quem mais se contrapunha. Não é à toa que, em determinados momentos da história, as principais organizações de luta e enfrentamento à ditadura militar foram as entidades estudantis. Não foram os sindicatos, não foram os trabalhadores. Aí que a UNE comparecia. Na década de 90 a juventude passa a não pensar mais coletivamente. Passa a buscar saídas individuais: “Eu vou cuidar da minha vida, senão o tempo passa e eu perco a minha situação.” “Eu tenho que estudar, tenho que trabalhar, tenho que me formar”. Mas percebo que aquela [perspectiva] vai sendo retomada a partir do governo Lula. Não que seja o governo ideal, mas minimamente deu abertura para uma discussão, para uma participação da juventude. Então hoje eu vejo um retorno da juventude às preocupações com o Estado. É um impacto de 20 anos de opressão. Hoje você tem a falta de emprego, você tem a violência, você tem uma série de outros fatores (Grupo Focal, UNE);

4) A conjuntura que o Brasil vive hoje talvez não permita certas atitudes que se tinha nos anos 70. Hoje a gente está vivendo em outro patamar na história brasileira, com questões bastante parecidas, porém em outro patamar político. No entanto, eu vejo que a juventude participa sim, eu acho que a juventude participa tanto que hoje a gente tem uma Conferência de Políticas Públicas, porque justamente é uma demanda da juventude (Grupo Focal, CONTAG);

5) A geração de 60 e 70 era mais revolucionária. A gente sabia quem era o inimigo, hoje é muito mais complicado. Para a gente da CUT, por exemplo, era muito fácil quando era o FHC. Aí a gente tinha a clareza sobre o projeto neoliberal sendo implementado, o FHC era figura central e pau no FHC. Quando o Lula entra, com muitas bandeiras, com muitos incrementos iguais ou até piores em alguns pontos, o quê que a gente faz? Então esse processo é muito difícil. Mas agora eu tenho clareza de que não é como coloca a mídia, ou o senso comum, de que os jovens de 60 e 70 eram cidadãos politizados que estavam na rua e que o jovem de hoje não quer nada com nada. Isso é mentira, tanto que está acontecendo a Conferência Nacional de Juventude. E muitos jovens não puderam vir porque não tinha espaço, eram 400 mil. Então isso refuta toda aquela

Cont. Quadro 1

⇒ história de que a juventude de hoje não é politizada. Se for comparar a militância da juventude de hoje com a de antes vai ver que é a mesma, mas não no mesmo contexto (Grupo Focal, CUT);

6) Não tem diminuído a participação dos jovens em partidos políticos; tem um grande percentual da juventude nos partidos de esquerda. Inclusive esse é o segmento que mais cresce. Agora... Tem outras questões

de fundo: será que é o mesmo tipo de participação da década de 60/70, que era pelas grandes causas? Não necessariamente a polêmica está em ser ou não ser partidário, até porque muitos jovens hoje se interessam; os partidos políticos têm investido em quadros jovens atuando em diversos movimentos. Hoje é outra dinâmica, são outras demandas da vida, outras formas de organização. E, nesse contexto, a juventude também responde às demandas que estão

postas. Não dá para se organizar hoje com a forma de 30 anos atrás (Grupo de Discussão, movimento negro);

7) O importante que se conquistou na geração passada foi a liberdade de expressão. Agora, além da liberdade de expressão, a gente precisa de oportunidades para que essas pessoas carentes cheguem num patamar de conquistar seus ideais, de dar um futuro melhor para seus filhos. (Grupo Focal, CUFA).

QUADRO 2 – O QUE SE ENTENDE POR PARTICIPAÇÃO

1) O “tchan” para a militância é o primeiro passo por um sentimento de mudança. É o inconformismo, é você se indignar. Aí eu invoco as palavras do comandante Che Guevara que diz que, se você é capaz de tremer de indignação diante das injustiças do mundo, então somos companheiros. Parte daí essa diferença. O militante, ele está cansado dessa realidade que nós temos por aí (Grupo Focal, União da Juventude Socialista);

2) Há diversas formas de participação e, claro, todo mundo que começa a participar, por exemplo, de um movimento cultural, seja ele ou não político, está na política. Pode não ser partidária, mas é política. Ele quer introduzir o jovem no esporte, na cultura, na dança, nas tradições brasileiras promovendo a cultura brasileira – tem todo um ativismo que não necessariamente é político-partidário. E tudo isso é válido. A participação da juventude é participação porque contribui de uma forma positiva para a sociedade. Eu acho que é nesses pontos que a juventude contribui com a participação (Grupo Focal, UBES).

3) [Participação] é quando a própria juventude constrói. Ela não participa de algo que

fizeram para ela. Ela é receptiva e também construtora da política. Eu me sinto construindo a política de juventude, a política do Brasil, a política de nós, trabalhadores e trabalhadoras rurais. Sinto-me construtora, atora de nossas políticas e de nossos direitos (Grupo Focal, CONTAG);

4) Participação para mim é paixão, é vir atrás para participar. É construção, mas não é construir as respostas, é construir as perguntas. E a terceira coisa é o compromisso: a gente só ajuda no processo de participação naquilo que apaixonou a gente, que a gente ajudou a pensar o porquê, pra quê e onde, e aí eu acho que o compromisso traz o processo de participação. Para mim, participação é isso (Grupo Focal, CUT);

5) Participar? Acho que participar é construir. Você participa quando você constrói algo, quando você tá fazendo um ato que pode ser benéfico ou até maléfico, mas que você construiu. Quando você constrói você cresce e acho que participar é construir e crescer tanto pessoalmente quanto por reconhecimento dos outros, em todos os aspectos (Grupo Focal, quilombolas);

6) Participação é estar em espaços como

este, estar nestas conferências e sempre ter ciganos e mais ciganos. Estamos aqui em poucos, são no máximo oito ciganos. E só no Brasil somos mais ou menos um milhão de ciganos. Nem meio por cento dos ciganos estão sabendo desta Conferência e dos direitos deles. Muitos são analfabetos, não têm experiência de nada. Muitos moram em barraca, sem acesso a nada (Grupo Focal, ciganos);

7) Para discutir participação política tem um termo sociológico, interação social, que é básico. Toda sociedade tem interação social. Mesmo quando você se isola da sociedade você está interagindo, na medida em que você está rejeitando a sociedade. Eu associo interação social com participação política, para mim é a mesma coisa. Aí poderia desembocar no quê? Existe uma participação política negativa e uma positiva, vamos tentar colocar na cabeça dos jovens uma participação política mais ativa. Eu acho que o conceito que tem que ficar para todo jovem é que qualquer ação dele, mesmo quando ele está sendo passivo e não está fazendo nada, é participação política. Não participar é também participar politicamente (Grupo Focal com jovens gestores municipais).

* **MARY GARCIA CASTRO** é socióloga, professora aposentada da Universidade Federal da Bahia e professora dos mestrados em Família na Sociedade Contemporânea e Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica de Salvador, além de membro da diretoria da União Brasileira de Mulheres (UBM) e do Conselho Consultivo do CEMJ. **MIRIAM ABRAMOVAY** é pedagoga e socióloga, mestre em Educação (PUC-SP). Coordenou diversas pesquisas e avaliações da UNESCO e foi consultora do Banco Mundial e da UNICEF. Membro do Conselho Nacional de Juventude de agosto de 2005 a janeiro de 2008, é atualmente pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Juventudes, Identidades e Cidadania (NPEJI/UCSAL - CNPq) e coordenadora do setor de pesquisas da RITLA (Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana).

NOTAS

(1) O livro pode ser enviado sem custos pela RITLA. Escreva para alenciasousa@ritla.org.br.

(2) Sobre políticas de redistribuição e de reconhecimento consultar, entre outros, CASTRO, Mary Garcia. “Migrações Internacionais e Direitos Humanos e o Aporte do Reconhecimento”. In: REMU - Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, ano XVI, nº 31, 2008, pp. 7-36; MATTOS,

Patrícia. A Sociologia Política do Reconhecimento: As contribuições de Charles Taylor, Axel Honneth e Nancy Fraser. São Paulo: Annblume, 2006; FRASER, Nancy and HONNETH, Axel. Redistribution or recognition? A Political Philosophical Exchange. Londres: Verso, 2003.

(3) BAUMAN, Zygmunt. Em Busca da Política. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2000.